



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 10/2024/SUPEL-ASTEC

À
Comissão de Licitações - CPLO

Concorrência Pública n. 021/2023/CPLO/SUPEL/RO
Processo Administrativo: 0069.201489/2021-83
Interessada: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP/RO
Objeto: Revitalização e ampliação de espaço público CEDEL - Jardim Santana, no município de Porto Velho-RO.
Assunto: Decisão em julgamento de recurso.

Vistos, etc.

Ab initio, torno sem efeito a Decisão nº 8/2024/SUPEL-ASTEC (Id. Sei! 0045056897) , por nela conter erro material, razão pela qual passo a expor o necessário acerca do julgamento da temática posta em lide.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Pública, que tem por objeto a *Revitalização e ampliação de espaço público CEDEL - Jardim Santana, no município de Porto Velho-RO*, gerenciado pela unidade interessada supra citada.

Os presentes autos seguem instruídos sob a égide da Lei 8.666/93 e aportaram para elaboração de decisão da autoridade superior, obedecendo os termos do art. 109, § 4º, da referida lei.

Verifica-se a interposição de recurso por parte da empresa 3R CONSTRUÇÕES LTDA (Id. Sei! 0044509431).

Não houve apresentação tempestiva de contrarrazões.

Noto que a empresa licitante protesta contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou pelas seguintes razões:

- (i) Deixar de apresentar dois itens na composição de custos unitários, quais sejam, ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015 - Código SINAP 92775 e BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMINIO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 - Código SINAP 92775, descumprindo o item 16.1.2, "e" do edital.

A recorrente rebate as razões de inabilitação, afirmando em suma que incorreu em erro material sobre os itens omissos, contudo todo o apresentado atende as exigências editalícias.

Necessário se faz elucidar os seguintes pontos:

Primeiramente sobre o custo unitário do item " ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015 - Código SINAP 92775", pelas razões expostas pela recorrente que de fato houve a devida apresentação do item, conforme se verifica nos documentos de Id. Sei! 0044233367:

- Planilha orçamentária, página 5 do Id. supra citado:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
5.3.1.6	COMPOSIÇÃO	PRÓPRIO	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMAT ATÉ 30 KM [UNIDADE: M3XKM]. AF_07/2020	M3XK		R\$	2,06	✓
5.3.1.7	COMPOSIÇÃO	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃO AF_06/2018	M2	773,1	R\$	32,04	✓
5.3.1.8	COMPOSIÇÃO	PRÓPRIO	CPU - CEDEL - 158	INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA FIBRADA 50 MM (FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO)	M2	907,2	R\$	87,49	✓
5.3.2				FUNDAÇÕES DO ALAMBRADO E MURETA DE PROTEÇÃO					
5.3.2.1	COMPOSIÇÃO	PRÓPRIO	CPU - CEDEL 15 - 18	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 20 CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	M3	1,85	R\$	474,89	✓
5.3.2.2	COMPOSIÇÃO	SINAPI	92777	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	255,2	R\$	15,42	✓
5.3.2.3	COMPOSIÇÃO	SINAPI	92775	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	64,8	R\$	16,86	✓

- Planilha de composição de custos unitários, página 26:

Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.
1.2.3	92775 SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	1,000000
			H	0,0367000

Portanto neste item assiste razão a recorrente, tendo apresentado o corretamente o exigido.

Quanto ao segundo custo unitário, item " BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMINIO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 - Código SINAP 92775, verifica-se que a empresa licitante apresentou o mesmo na planilha orçamentária, veja:

- Planilha orçamentária, página 9, do Id. supra citado:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							
6.2.1.13.1	COMPOSIÇÃO	SINAPI	56932	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPIADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4	R\$ 381,91
6.2.1.13.2	COMPOSIÇÃO	PRÓPRIO	CPU - CEDEL 1.5 - 48	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPIADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1	R\$ 1.268,08
6.2.1.13.3	COMPOSIÇÃO	PRÓPRIO	CPU - CEDEL 1.5 - 49	PAPELEIRA DE PVC, (PORTA PAPEL HIGIÊNICO, COMPRIMENTO 60 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	5	R\$ 64,41
6.2.1.13.4	COMPOSIÇÃO	SINAPI	100820	BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 60 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2	R\$ 206,03
6.2.1.13.5	COMPOSIÇÃO	SINAPI	100871	BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1	R\$ 223,01

Ocorre que, o item foi apresentado código SINAP equivocado e não foi apresentado na planilha de composição unitária, tal erro foi ensejador da desclassificação, contudo necessárias ressalvas sobre a ocorrência.

O edital (Id. Sei/ 0042513791) apresentou as seguintes exigências sobre a apresentação das planilhas de composição de custos, veja:

16.1.2 - Planilha Orçamentária baseada nos projetos executivos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

a) **Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;**

b) Especificação clara dos serviços a serem executados de acordo com a Planilha do órgão requisitante;

c) **Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;**

d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Comissão de Licitação, e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise;

e) **Será exigida das proponentes a apresentação:**

e.1) **Das composições unitárias de custos de todos os itens, cujo valor de cada item deverá ser idêntico ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa;**

(...)

h) **A exigências contidas na alínea "e" deste item não constitui objeto de DESCLASSIFICAÇÃO de proposta**, porém é obrigatória apresentação de todas as composições unitárias de custos. **Havendo erro a licitante será convocada a qualquer tempo para proceder com as correções, sob pena de sanções previstas na Lei 8.666/93. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta.**

Destaca-se que a exigência da planilha de composições unitárias da alínea "e" do item 16.1.2, claramente não constitui objeto de desclassificação, ademais, a alínea "h" oportuniza que a licitante será convocada para proceder com correções, sem que haja a alteração no valor original da proposta.

Neste ponto, cabe ressaltar que a omissão do item apenas na planilha unitária, importa em "erro" pois se trata da falta uma informação, sobre tal ocorrência é cabível a possibilidade de correção, uma vez que o item não está omisso na planilha orçamentária.

Assim consente a jurisprudência pátria, veja:

REMESSA NECESSÁRIA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO SRP 11/2019. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO. ERRO NO PREENCHIMENTO. MANUTENÇÃO DO PREÇO GLOBAL. DESCLASSIFICAÇÃO. DECISÃO DESARRAZOADA. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO. SENTENÇA CONCESSIVA DA SEGURANÇA MANTIDA. 1. Em análise correção da sentença que declarou a nulidade do ato administrativo que, ao proceder a análise documental da proposta, desclassificou a empresa impetrante de certame licitatório de terceirização de mão-de-obra em razão de apresentação de planilha de custos e formação de preços em desacordo com o lance final ofertado. 1. É certo que, nos termos do item 5.9 do edital do pregão, nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital. 3. **Ocorre que, conforme decidiu acertadamente a sentença, na esteira da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, desde que não alterado o valor global da proposta, eventuais erros ou omissões na previsão de custos e de preços não é causa para recusa da proposta, uma vez que a contratante continua obrigada a prestar o serviço pelo preço proposto, devendo a Administração facultar à licitante a correção das falhas.** Nesse sentido: TCU RP 02884220170, Relator ministro André de Carvalho, 15/05/2018, Segunda Câmara; Acórdão 898/2019-TCU-Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler, Boletim de Jurisprudência nº 261 de 06/05/2019. 4. Remessa necessária a que se nega provimento. (TRF-1 - REO: 10084152420194014300, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIELE MARANHÃO COSTA, Data de Julgamento: 03/08/2022, 5ª Turma, Data de Publicação: PJe 12/08/2022 PAG PJe 12/08/2022 PAG) (grifo nosso).

EMENTA APELAÇÃO/ REMESSA NECESSÁRIA – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – PRELIMINAR DE ERROR IN PROCEDENDO – JULGAMENTO ULTRA PETITA – ACOHIMENTO – DECOTE DO EXCESSO – DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE QUE APRESENTOU VALOR GLOBAL DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA – ERRO NO PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE PARA QUE PUDESSE RETIFICAR A PLANILHA SEM A MAJORAÇÃO DO VALOR – EDITAL PREVÊ EXPRESSAMENTE A POSSIBILIDADE DE READEQUAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA FINS DE CORREÇÃO DE ERRO, DESDE QUE NÃO ALTERE SUA SUBSTÂNCIA – PREVISÃO LEGAL DO ART. 43, § 3º, DA LEI N. 8.666/93 – INDEVIDA DESCLASSIFICAÇÃO – PRECEDENTES DO STJ – CONCESSÃO DA SEGURANÇA – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA RETIFICADA EM PARTE, NOS TERMOS DA PRELIMINAR. 1. (...) Caracterizado o provimento ultra petita, não é necessário anular a sentença, basta que seja decotada a parte na qual a decisão se excedeu. Precedentes. (...) (AgRg no AREsp 153.754/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/9/2012, DJe 11/9/2012). 2. A eventual incorreção na planilha de custos e formação de preços constitui mera irregularidade e, superada posteriormente, sem alteração do preço global, não impede a habilitação, mormente quando o art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93, prevê a possibilidade de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento. 3. Somente depois de oportunizada a correção, caso o licitante se negar a efetuar a correção, é admitida a sua desclassificação do certame licitatório. (TJ-MT - APL: 10041907020188110003 MT, Relator: HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, Data de Julgamento: 18/05/2020, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 01/06/2020) (grifo nosso).

E M E N T A – AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIMINAR CONCEDIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – DESCLASSIFICAÇÃO – DIVERGÊNCIA – PREÇO ÚNICO – ERROS FORMAIS PASSÍVEIS DE SEREM SANADOS – NÃO ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – EDITAL COM PREVISÃO DE INTIMAÇÃO PARA SANAR ERRO – VIOLAÇÃO – DESCLASSIFICAÇÃO QUE GERA ÔNUS FINANCEIRO – VIOLAÇÃO AOS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO – RECURSO DESPROVIDO. Erros no preenchimento da planilha são formais e, por isso, não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a majoração do preço final ofertado. Em obediência à previsão do edital e aos interesses da administração, deve ser oportunizada a retificação do erro antes de se efetivar a desclassificação, sob pena desta sujeitar-se à anulação. Requisitos para concessão da liminar preenchidos. (TJ-MS - AI: 14146520320188120000 MS 1414652-03.2018.8.12.0000, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 25/02/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/02/2019)(grifo nosso)

ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – ERROS NO PREENCHIMENTO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – INDEVIDA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA IMPETRANTE – Impossibilidade de se desclassificar a proposta licitante apenas em razão de equívocos no preenchimento da planilha orçamentária, que puderam ser corrigidos – Ausência de prejuízo aos princípios licitatórios e ao direito dos demais concorrentes – Precedentes desta Corte e do TCU – Ofensa ao direito líquido e certo da impetrante configurado – Sentença que concedeu a segurança mantida – Recurso voluntário e reexame necessário desprovidos. (TJ-SP - APL: 10022250220188260048 SP 1002225-02.2018.8.26.0048, Relator: Carlos von Adamek, Data de Julgamento: 18/10/2018, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 18/10/2018) (grifo nosso)

Portanto, a desclassificação não é medida a se impor no presente caso, vez que houve a devida apresentação do item na planilha orçamentária, constando unidades e valores, e a não inclusão deste mesmo na planilha unitária é erro passível de correção, desde que mantido a proposta em seus termos iniciais, como garante a recorrente em seu apelo recursal.

Não obstante o Tribunal de Contas da União conta com jurisprudência clara sobre tal caso:

Acórdão 898/2019-Plenário

Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado.

Desta feita, em estrita obediência ao disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância dos princípios constitucionais em especial ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, no qual, o edital é a regra que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele, e ainda no vasto entendimento jurisprudencial aplicável ao caso em comento, resta indevida a desclassificação da recorrente.

Por fim, sobre as alegações que versam sobre os critérios de desempate, considerando a reforma da decisão da Comissão aqui embasada, sendo necessária a devida revisão e correção das planilhas apresentadas, bem como o necessário retorno de fase para implementação desta reforma, o petição desta argumentativa ficará sujeita as tais ocorrências, sendo necessária atenção as disposições editalícias sobre o tema.

Isto posto, em concordância com os motivos expostos na Ata de Julgamento do Recurso Administrativo (Id. SeI! 0044942373), expedido em observância às razões recursais apresentadas (Id. SeI! 0044509431), com espeque na fundamentação supra, necessária a modificação na decisão da Comissão.

Isto posto, **DECIDO**:

Conhecer e julgar **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **3R CONSTRUÇÕES LTDA**, de forma que sejam revisadas as planilhas apresentadas e lhe seja devidamente oportunizada a correção disposta no edital.

Em consequência, **REFORMO** a decisão da Comissão de Licitação/CPLO.

À Comissão para ciência e providências aplicáveis à espécie.

Maria do Carmo Prado

Diretora-Executiva Substituta

Portaria nº 147, de 01 de Dezembro de 2023

Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo do Prado, Diretor(a) Executivo(a)**, em 17/01/2024, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0045197848** e o código CRC **772A7F66**.